

EDUCAÇÃO ESCOLAR E A FORMAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Maria de Lourdes Spazziani¹
Nijima Novello Rumenos²
Aline Veríssimo Ferreira³

Resumo

Neste texto apresentamos reflexões sobre os desafios da formação escolar, em especial da Educação Ambiental, para os estudantes na escola básica atual em vista dos impasses que perduram na profissão docente e na construção dos conhecimentos científicos. Os pressupostos aqui se fundamentam na perspectiva da psicologia histórico-cultural desenvolvida por Vigotski e estudiosos da área. Perpassamos pela situação que tem marcado o contexto educativo brasileiro e ao final apresentamos a contribuição da inserção da formação socioambiental no trabalho escolar como uma das possibilidades para a transformação e emancipação das práticas educativas e sociais ali realizadas. Entendendo que a Educação Ambiental embasada em vertentes críticas como a apresentada pela psicologia marxista favorece o incremento ao trabalho docente, por meio da inserção de dilemas e questões emergentes, em geral alheios ou trabalhados superficialmente, nos currículos e nas práticas escolares vigentes.

Palavras chave: formação de professores; educação básica; educação ambiental; dilemas contemporâneos.

Introdução

O Brasil vive um momento paradoxal em inúmeros aspectos, em especial no atendimento e qualificação da sua população jovem na educação escolar básica. Temos pouco mais de duas décadas para atingirmos o que se pode chamar de ponto de inflexão, ou seja, o momento de virarmos radicalmente a rota da educação brasileira.

Dados divulgados pelo IBGE sobre o crescimento populacional brasileiro indicam que em 2015 de 204,5 milhões de brasileiros passamos para pouco mais de 206 milhões em 2016. Ou seja, há fortes indicativos de tendência ao decréscimo com data certa para começar a rodar para trás: vai ser daqui a 27 anos. Vejam que a contagem regressiva já se instalou: 1,4% de crescimento (2001), 0,97% (2011), 0,9% (2013), 0,83% (2015) e, agora, 0,8% (2016). A estimativa do IBGE é que em 2044 o Brasil tenha, na linguagem técnica,

¹ Docente do Departamento de Educação do Instituto de Biociências – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho – UNESP – Botucatu/SP.

² Doutoranda em Educação para a Ciência do programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho – UNESP – Bauru/SP.

³ Mestranda em Educação para a Ciência do programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências -

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho – UNESP – Bauru/SP.

crescimento negativo -0,03%. Ou seja, vamos encolher, vamos nos tornar um país com população cada vez mais envelhecida (Figura 1) que implica uma série de questões de políticas públicas a serem consideradas, conforme ressalta a pesquisadora do IBGE Izabel Guimarães Marri (2017).

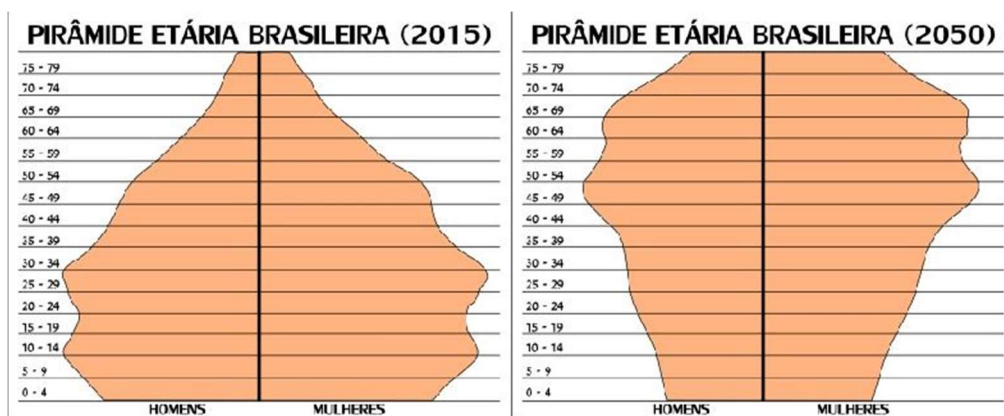


Figura 1: Pirâmide etária da população brasileira 2015 e 2050, segundo o IBGE.

Estes dados publicados por Spazziani (2017) nos levaram a refletir sobre os desafios da formação escolar, em especial da Educação Ambiental, na escola básica em vista dos impasses que perduram na profissão docente e na construção dos conhecimentos científicos. Os pressupostos aqui se fundamentam na perspectiva da psicologia histórico-cultural desenvolvida por Vigotski e estudiosos da área.

Escola, saber escolar e a construção do conhecimento

Os Sistemas Nacionais de Educação criados e embasados na ideia de educação como direito de todos e dever do Estado, emergiram no século XIX. Para Saviani (2000), se atribui a educação escolar pública como auxiliar na construção e consolidação de sociedades democráticas ao transformar súditos em cidadãos. O modelo pedagógico fundamenta-se na transmissão dos conhecimentos sistematizados aos estudantes e tudo o que cerca as práticas escolares tradicionais com classes seriadas, cultura da reprovação para os que não se adaptam, promovendo a expulsão do sistema.

Para além de discutir as diversas tendências pedagógicas que circulam na indumentária escolar, o que se tem constatado é o insucesso escolar de grande parcela das crianças e jovens brasileiros, permanecendo altos graus de analfabetismo dos que não foram incluídos na escola ou para aqueles que mesmo passando por ela permanecem analfabetos,

agora funcionais! São aqueles que embora saibam reconhecer letras e números, são incapazes de compreender textos simples, bem como realizar operações matemáticas mais elaboradas. Outro dado preocupante vem da oitava edição do Indicador de Analfabetismo Funcional, o Inaf, que classificou em quatro níveis: analfabetos, alfabetizados em nível rudimentar (ambos considerados analfabetos funcionais), alfabetizados em nível básico e alfabetizados em nível pleno (esses dois últimos considerados indivíduos alfabetizados funcionalmente). Conforme a pesquisa, que aplica um teste avaliando as habilidades de leitura, escrita e Matemática, o domínio pleno da leitura vem sofrendo queda entre todos os entrevistados, tendo eles concluído o Ensino Fundamental ou o Ensino Superior. Os dados mostram que o problema do analfabetismo funcional deve ser levado a sério, pois a dificuldade de compreensão de textos, mesmos os mais simples e mais acessados no cotidiano, prejudica os desenvolvimentos intelectuais, pessoais e profissionais (LIMA et al., 2016).

A educação escolar tem por finalidade principal promover o acesso aos conhecimentos histórica e socialmente produzidos. O conhecimento científico apresentado pela escola recebe outros modos e formatos dependentes do conhecimento disponível, ou seja, é constantemente transformado e adaptado para se tornar acessível aos sujeitos em suas diferentes etapas formativas. O conhecimento científico sofre transformações antes de chegar à escola (dos manuscritos originais até as propostas pedagógicas e aos livros didáticos, várias transformações acontecem) e nela também sofre transformações. O conhecimento da criança é continuamente transformado; ou seja, “um conceito não transfere uma idéia, mas fornece fundamento para se construir uma nova idéia” (MARTINS, 1997, p. 134).

Nessa visão, o conhecimento é tido como socialmente constituído, ou seja, no processo de construção dos conceitos, o conhecimento produzido no cotidiano articula-se dialeticamente com o conhecimento apresentado pelo professor durante a aula. “Diante de um conceito novo, a criança procura atribuir significado aproximando de outros já conhecidos, elaborados e internalizados da sua experiência concreta” (SMOLKA e GÓES, 1995, p. 125).

O saber escolar construído dos conhecimentos organizados cientificamente, dos conhecimentos oriundos das disciplinas pedagógicas, da cultura da vida cotidiana escolar, apresenta, de acordo com Chervel (apud PENIN, 1994, p. 27), “certa autonomia em relação às ciências ou aos saberes de referência dos quais tratam”. Podemos dizer que no ambiente escolar, o saber escolar acarreta conhecimentos sistematizados compostos de conhecimentos específicos ou especializados, combinados com as finalidades educativas e os procedimentos didáticos ou pedagógicos.

O desdobramento do saber escolar em outros saberes, inclusive do conhecimento científico, impõe um caráter que pode variar conforme a perspectiva priorizada no processo de apropriação crítica do conhecimento. Nesta perspectiva este processo ocorre de forma ativa, ou seja, o sujeito torna-se emancipado à medida que se apropria de conhecimentos e o ambiente sociocultural interfere facilitando ou dificultando o processo, mas não impede uma aquisição que é concebida de modo individual ao meso tempo e coletiva. Essa visão, conforme Góes (1997, p. 13), se alinha a perspectiva do conhecimento socialmente construído proposto por Vigotski (2001), em que o sujeito do conhecimento, no caso o aluno, participa do processo elaborando conhecimentos através de relações sociais mediadas pelo outro, pela linguagem, pelas relações dialógicas experienciadas nas práticas sociais.

O saber escolar para o processo de conceitualização no contexto pedagógico, retoma a ideia apresentada anteriormente de uma elaboração que envolve a transformação dos modos de conceituar do aluno, no sentido do conhecimento sistematizado, através das relações interpessoais, das trocas dialógicas sobre objetos ou fenômenos, dos momentos que constrói e compreende os significados das palavras (conceitos). O saber escolar, nesse sentido, propõe o conhecimento sistematizado (“científico”, nos textos de Vigotski) como inter-relacionado ao conhecimento cotidiano.

Se o trabalho educativo é entendido como humanização dos indivíduos e se ele ocorre no interior do processo histórico de desenvolvimento do gênero humano, a educação é uma prática no interior da prática social em seu todo. É por essa razão que Saviani (2000, p. 73) conceituou a educação como uma “atividade mediadora no seio da prática social global”. Nessa mesma acepção da prática pedagógica como mediação no interior da totalidade da prática social, Duarte (1993; 1996) defende a tese de que a educação escolar deve desempenhar, na formação dos indivíduos, a função de mediação entre a vida cotidiana e as esferas não cotidianas de objetivação do gênero humano, especialmente a ciência e a arte. A compreensão desse caráter mediador da educação escolar requer a compreensão das relações existentes entre a vida cotidiana e as esferas mais elevadas de objetivação do gênero humano.

Os conceitos científicos teriam, segundo Vigotski (2001), altas capacidades de sínteses, de sistematização e de generalização quando comparados aos conceitos espontâneos. A fraqueza dos conceitos científicos estaria, porém, em seu caráter abstrato. Já os conceitos espontâneos teriam a força de sua proximidade imediata ao objeto, dando-lhe mais concretude, mas teriam a fraqueza de sua limitação, sua falta de sistematicidade e sua incapacidade de ir além das aparências. Sem conceitos espontâneos a criança e o adolescente

não seriam capazes de adquirirem os conceitos científicos, mas sem estes últimos seu pensamento tornar-se-ia prisioneiro da imediatez da vida cotidiana. De maneira similar, a arte gera nos indivíduos um processo de superação por incorporação das formas cotidianas de reação emocional. Para Vigotski (1998) a arte emprega material extraído da vida cotidiana e lhe dá configuração diferente produzindo sentimentos não vivenciados no cotidiano.

Na teoria vigotskiana, do uso dos signos para o desenvolvimento da consciência, o autor reitera que da mesma forma que o emprego de ferramentas possibilita a complexificação da atividade humana, o emprego de signos promove a complexificação das funções psíquicas. O sistema de atividade do indivíduo se determina a cada etapa pelo grau de desenvolvimento orgânico e pelo grau de domínio de signos. É o desenvolvimento conjunto de ambos que abre as possibilidades para um terceiro e mais decisivo patamar de desenvolvimento: a ampliação cultural do raio das ações humanas.

A educação formal é um espaço social definido historicamente por atividades e ações normatizadas e objetivadas umas em relações a outras, em que os sentidos e os significados são subjetivamente interpretados. A interação social é a unidade elementar de toda situação social (HABERMAS, 1987; WEBER, 1971; ROCHER, 1969). A interação tem dependência e se expressa pelas capacidades de agir dos sujeitos em relação a objetivos e competências adquiridas na e pela socialização. Cada pessoa age em função do sentido e significado que isso tem a outros sujeitos. Ou seja, somos construídos e mediados pelos sentidos presentes nas práticas sociais que nos rodeiam, que por sua vez são internalizados e interpretados em acordo com as necessidades e interesses de cada sujeito. Isso não quer dizer que não interagimos diretamente com as coisas ou outros seres vivos, mas de alguma forma a interação com o outro humano e os significados e sentidos que dermos a isso, tem a presença indelével de outros humanos.

Os significados, valores e práticas dos humanos sobre as coisas do mundo, em especial, sobre os temas ambientais são mediados direta ou indiretamente por aquilo já constituído por outros humanos. Sendo forte a presença das instituições educativas no processo de formação das pessoas nas sociedades atuais, ressalta-se a importância da incorporação das temáticas ambientais, em suas diferentes dimensões, para atender aos propósitos de transformação das relações historicamente injustas e desiguais em prol de sociedades sustentáveis.

A escola de educação básica almejada e até idealizada precisa ser pensada e inserida no contexto econômico e social brasileiro é caracterizado por profundas assimetrias. Esta

Escola ainda precisa alcançar parcela de jovens da faixa etária até 17 anos que estão fora do sistema educacional e reter os que ingressam reduzindo os altos índices de evasão para proporcionar este direito social constitucionalmente garantido. Tarefa maior é a de proporcionar aos concluintes do ensino médio a formação de qualidade balizada por indicadores já concebidos e suficientes: preparação para o trabalho, o exercício da cidadania e a obtenção de novos conhecimentos; autonomia intelectual e formação ética; compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos em seus aspectos teóricos e práticos.

Os princípios a presidir a escola pretendida deverão englobar: primazia dos direitos humanos nas suas múltiplas e variadas dimensões; sustentabilidade ambiental; reconhecimento pleno da diversidade e a garantia da acessibilidade; formação integral, interdisciplinar e historicamente e socialmente contextualizada e integração com o mundo da ciência, da tecnologia e da cultura (BRASIL/MEC, 2012).

Há eixos norteadores e princípios presentes nas legislações educativas e em inúmeros programas curriculares com vista a proporcionar a formação para a sustentabilidade e para a acessibilidade. Neste caso, a escola terá que ser ela mesma sustentável e acessível e transformar-se fisicamente para proporcionar ambientes que não confrontem, mas sim sustentem as diversas práticas pedagógicas direcionadas a este fim.

Os princípios a presidir a escola pretendida deverão englobar: primazia dos direitos humanos nas suas múltiplas e variadas dimensões; sustentabilidade ambiental; reconhecimento pleno da diversidade e a garantia da acessibilidade; formação integral, interdisciplinar e historicamente e socialmente contextualizada e integração com o mundo da ciência, da tecnologia e da cultura.

Neste caso, a escola terá que ser ela mesma sustentável e acessível e transformar-se fisicamente para proporcionar ambientes que não confrontem, mas sim sustentem as diversas práticas pedagógicas direcionadas a este fim.

A permanência na escola constitui-se o maior desafio da educação escolar atualmente no Brasil. Os indicativos de exclusão não se limitam ao direito à vaga, mas ao ingresso, à permanência e ao sucesso no aprendizado pleno do conhecimento e na formação das funções intelectuais sofisticadas.

Sobre a crise ambiental, entendemos como consequência direta das demais crises. Sociedades fundamentadas em padrões seletivos de exclusão; parcelas enormes de pessoas sem condições mínimas de sobrevivência; políticas nacionais e regionais comprometidas com os interesses das elites econômicas; exploração da natureza ambiental, humana e dos demais

seres para produzir acúmulos de riquezas materiais para aqueles que detêm os meios de produção.

Como reitera Foladori (2002, p. 112) ao apresentar as três dimensões da sustentabilidade (ecológica, econômica e social) conclui que a social é aquela de maior dificuldade de ser objetivada, pela dificuldade de clareza na "definição de conceitos que contribuam para os processos de participação social e aumento das potencialidades e qualidades das pessoas na construção de um futuro mais justo". Desta forma, os procedimentos ligados à promoção da sustentabilidade permanecem mais atrelados ao desempenho técnico, dentro das regras do jogo do sistema de mercado capitalista, com pouco impacto nas relações de propriedade e apropriação capitalistas, que produzem pobreza, diferenciação social e injustiça.

Este breve cenário da complexa situação socioeducativa e ambiental que marcam o final do século XX e início do século XXI, indicam e reiteram expectativas e necessidades sobre o papel da educação escolar como condicionante do desenvolvimento social e econômico, apontando indicativos que emergem da Educação Ambiental crítica e emancipatória, como forma de transformação das práticas educativas formais que insistem em permanecer no âmbito escolar para patamares até então somente almejados por muitos educadores e pessoas comprometidas com a educação básica no país.

A educação ambiental na promoção da qualidade da formação escolar

A formação básica oferecida pelas instituições educativas públicas é basilar para a formação humana de qualquer sociedade. A ação e a formação do professor que atua neste segmento é um dos temas mais importantes na atualidade. Em se tratando do trabalho educativo socioambiental proposto há algumas décadas pelo campo da Educação Ambiental, potencializa-se a importância deste debate. Ou seja, refletir sobre a formação e atuação do professor no campo socioambiental nem sempre é fácil de realizar em vista das complexas teias que circunscrevem cada um dos aspectos citados.

Em geral, quando nas sociedades emergem novos problemas, soluções se direcionam a inclusão de temas no currículo escolar. Tais demandas impactam e promovem alterações substantivas nos conteúdos que circulam no contexto escolar, com a inserção de novos temas. Esta situação, por um lado, evidencia a importância da tarefa da educação escolar na modernidade, mas por outro, direciona-se aos profissionais, em especial ao professor, maiores atribuições, expectativas e responsabilidades e novas tarefas são incorporadas.

As expectativas atribuídas nos tempos atuais, inclusive assumir o desenvolvimento da Educação Ambiental, tem sido causa de desconforto e sofrimento de professores e professoras, por não terem assegurado condições objetivas de desenvolvimento de suas atividades, se desestimulam e muitas vezes desistem.

A importância da educação básica universal e de qualidade amplia o escopo da atividade docente, suas atribuições e conseqüentemente o compromisso com a escola. Neste sentido, a formação inicial, oferecida pelas Instituições de Ensino Superior (IES), precisa qualificar o professor para atuar com competência e responsabilidade nas áreas específicas do conhecimento, assim como, ser portador de uma formação pedagógica imprescindível aos desafios da docência. O trabalho das IES ganhará mais efetividade na medida em que a escola de educação básica e seus professores assumirem maior protagonismo na formação dos licenciandos.

A qualificação da Educação Ambiental que estudamos e defendemos resgata o desafio posto pela qualidade da formação escolar. É uma busca do seu discurso renovador que poderá nos instrumentalizar criticamente e indicar possibilidades para superar as condições existentes e, portanto, desfavoráveis para o processo de aprendizado na escola básica.

A Educação Ambiental que acreditamos apresenta proposições imprescindíveis para contribuir para a formação e transformação de pessoas e dos processos coletivos societários, quando: transversalizar os currículos dos cursos de formação de professores e da educação básica e não vincular-se somente a certas áreas disciplinares; for assumida pelos gestores das instituições de ensino; incrementar a articulação entre teorias, saberes e práticas sociais pulsantes dos contextos educativos e demais espaços sociais (próximo, regional, nacional); entre tantas outras formas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012) reconhece e destaca o papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental e, este fato torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais e as necessidades planetárias evidenciam-se na prática social.

A Educação Ambiental é uma dimensão da educação escolar. É atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental (BRASIL,

2012, artigo 2º).

A inclusão da Educação Ambiental de forma transversal nos cursos de formação de professores, agora garantida em lei, é uma medida que pode contribuir para aproximar os futuros professores com esta temática e com isso promover, em suas respectivas práticas pedagógicas a disseminação de atividades educadoras socioambientalmente necessárias à formação de crianças e jovens. A Educação Ambiental visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, o cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental e a proteção do meio ambiente natural e construído.

Para tanto, a escola que desejamos não pode prescindir de profissionais com formação superior da mais alta qualidade. É importante que as redes educativas de ensino ofereçam condições de trabalho que valorizem a permanência do docente na escola, que disponibilizem os recursos humanos e materiais de apoio às atividades da docência, no cumprimento do Projeto Político Pedagógico da escola. Especificamente, os salários devem ser atrativos, com carga horária compatível e oportunidades de formação continuada, fundamentais para o desenvolvimento profissional e sua permanência na carreira.

A escola que queremos oportunizará as crianças e aos jovens estudantes uma equipe de professores e técnicos motivados, com altas expectativas pessoais e profissionais para assegurar condições objetivas de aprendizagem a todos, indistintamente, e com isto contribuir direta e decisivamente para o desenvolvimento econômico e social da nação brasileira.

Mais do que promover a expressão de valores e materialização das aspirações individuais, a educação escolar pública tem que promover nas novas gerações formações intelectuais, sociais e afetivas, ao mesmo tempo promover a objetivação do projeto democrático das sociedades modernas que a ela deram origem (SILVA Jr., 2015). O acesso à educação escolar e ao aprendizado conquistado é uma questão de direito, portanto, cabe ao Estado ofertar e garantir a sua concretização.

Conclusões

A educação escolar se impõe como processo fundante da humanização das pessoas e como constituinte da subjetividade, sendo que a qualidade desta influência é totalmente relacionada à qualidade do processo educativo. Neste sentido, torna-se evidente que defender a escola básica e pública como instituição cujo papel principal é a transmissão de conhecimentos e saberes historicamente construídos, organizados e referendados pela prática

social, é a defesa da escola a serviço da constituição plena da subjetividade dos humanos.

Como nos atesta Vigotski (1998), o psiquismo humano é um sistema interfuncional e estrutura-se por meio da apropriação e internalização de signos culturais com a mais alta qualidade e diversidade própria do contexto sócio-histórico. Constituir esta capacidade para pensar, refletir, atuar, transformar o outro e a si mesmo, entre tantas outras funções intelectuais e sociais, é o caminho para o autodomínio da conduta e para posicionar-se ativamente nos processos coletivos.

Ninguém se compromete com o que não conhece! E os saberes promovidos nos processos de apropriação e internalização dos conhecimentos, para gerarem potência de ação no sentido 'spinosiano', precisam ser frutos dos afetamentos (WALLON, 1995). Ou seja, o empoderamento do sujeito, revelado em atitudes e compromissos coletivos, emerge do processo cognitivo permeado pelos afetos que significam e revelam-se nas e das práticas sociais.

Santos (2007), ao tratar sobre a ecologia de saberes, indica que as injustiças sociais globais, acentuadas na pós-modernidade, também revela a necessidade de justiça cognitiva global, ou seja, precisamos apostar em novos modos de pensamento para promover o processo de humanização plena dos seres humanos, fundamentado em novas formas de convívio e vivência entre os pares e o ambiente físico, social e cultural. Simbolizada pelo cuidado com a natureza, sem ela a Educação Ambiental perde efetividade, pois através da esfera afetiva, as pessoas se sensibilizam, para agir em favor do ambiente e de um mundo sustentável. Para promover a sustentabilidade socioambiental, não bastam as informações teóricas ou gostar da questão. Deve-se conhecer formas para transformar a teoria em prática e, a apropriação de conhecimentos é fundamental, como parte da Educação Ambiental que queremos.

Pensar na Educação Ambiental escolarizada é possibilitar a promoção de um salto qualitativo, com a articulação das múltiplas e isoladas ações numa rede comum, buscando dar capilaridade para alcance total dos territórios escolares; é construir políticas que fomentem processos educadores ambientalistas contínuos ao cotidiano escolar, alinhados ao Projeto Político Pedagógico. Esse processo de aprendizado servirá como ponto de partida para a definição da Educação Ambiental no contexto educativo formal.

Implantar ideias e práticas de sustentabilidade significa, em curto e médio prazo, contribuir com a qualidade de vida por meio de conhecimentos ecológicos e de justiça social. O estudo de todas as ciências torna-se incompleto se não houver práticas ligadas ao contexto

socioambiental, que deve estar associado a todas as disciplinas envolvidas na aprendizagem de maneira integrada.

Esse desafio atribui às instituições educativas como impulsionadoras das políticas públicas, saindo do papel de receptoras das mesmas, criando intervenções contínuas e sustentáveis, contribuindo para a autonomia e potencializando as comunidades escolares no enfrentamento de suas questões, o fortalecimento do conhecimento científico capaz de lidar com a multicausalidades e interdependência entre processos sociais e naturais. Faz parte da ambientalização da educação o reconhecimento do ato de educar como um ato político, como um processo permanente e continuado, que contribui para potencializar cada indivíduo como apto a interpretar e transformar o mundo que o rodeia. Para incluir efetivamente a Educação Ambiental em suas atividades, a escola precisa mudar. E é nesse sentido que as políticas públicas e as políticas de Educação Ambiental não podem se separar e precisam estar orientadas, de maneira cooperativa e articuladas para a inclusão efetiva da temática ambiental no ensino.

Referências

BRASIL/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 30 de janeiro 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de janeiro de 2012, Seção 1, p. 20

BRASIL/Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. Resolução nº 2, de 15 de junho 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de junho de 2012 – Seção 1 – p. 70.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília, 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União – Seção 1 – 5/10/1988, Página 1 (Publicação Original).

DUARTE, N. A Individualidade Para-Si. Campinas: Autores Associados. 1993.

DUARTE, N. Educação Escolar, Teoria do Cotidiano e a Escola de Vigotski. Campinas: Autores Associados. 1996.

FOLADORI, G. Avanços e limites da sustentabilidade social. R. paran. Desenv, Curitiba, n. 102, p. 103-113, jan./jun. 2002.

GÓES, M. C. R. As relações intersubjetivas na construção de conhecimentos. In: **A significação nos espaços educacionais: interação social e subjetivação**. Campinas: Papirus, p.11-28, 1997.

HABERMAS, J. **Teoria De La Acción Comunicativa I**. Racionalidad de la acción y racionalización social. Madrid: Taurus,1987a.

HABERMAS, J. **Teoria De La Acción Comunicativa II**. Critica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus,1987b.

LIMA, A.; RIBEIRO, V. M.; CATELLI JR., R. (Coord.). Indicador de Analfabetismo Funcional. INAF. Estudo especial sobre alfabetismo e mundo do trabalho. Instituto Paulo

Montenegro e Ação Educativa, maio 2016. Acesso [file:///C:/Users/Suporte/Downloads/INAFEstudosEspeciais_2016_Letramento_e_Mundo_do_Trabalho.pdf].

MARRI, I. G. Pesquisa aponta queda no crescimento populacional no Brasil, Edição do Globo de 30/08/2016. Acesso [http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/08/pesquisaaponta-queda-no-crescimento-populacional-no-brasil.html] em 12/6/2017.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997

PENIN, S.T.S. **A aula**: espaço de conhecimento, lugar de cultura. Campinas: Papirus, 1994.

PEREZ, L. C. A. "**Analfabetismo funcional**"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/gramatica/analfabetismo-funcional.htm>>. Acesso em 03 de maio de 2016.

ROCHER, G. Introduction à La sociologie générale. Montreal:Éditions Huntibise, 1969.

SANTOS, B. S. **Para além do Pensamento Abissal**: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. CEBRAP: Novos Estudos 79, novembro, 2007, pp. 71-94.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeira aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

SILVA JÚNIOR, C. A. **Para uma teoria da escola pública no Brasil**. Marília: M3T Edições e Treinamento, 2015.

SMOLKA, A. L. B.; GÓES, M. C. **A linguagem e o outro no espaço escolar**: Vygotsky e a construção do conhecimento. São Paulo: Editora Papirus. 1995.

SPAZZIANI, M. L. Ponto de Inflexão: o atendimento e valorização do ensino público, gratuito e de qualidade. **Revista UnespCiência**, agosto 2017, p.32-33.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

[WALLON, H. A evolução psicológica da criança. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1995.](#)

[WEBER, M. Économie et société. Paris:Plon, 1971.](#)

SCHOOL EDUCATION AND EDUCATION FOR SOCIO-ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY

Abstract

In this text we present reflections on the challenges of school education, especially Environmental Education, for students in the current basic school in view of the impasses that persist in the teaching profession and the construction of scientific knowledge. The assumptions we make are based on the perspective of historical-cultural psychology developed by Vigotsky and scholars in this field of knowledge. We go through the situation that has marked the Brazilian educational context, and in the end we present the suggestion of insertion of socio-environmental training in school work as one of the possibilities for the transformation and emancipation of the educational and social practices. We understand that environmental education based on critical aspects such as presented by Marxist psychology

favors the increase in teaching work, through the insertion of dilemmas and emerging issues, usually unrelated or superficially worked, in curricula and in current school practices.

Keywords: teacher education; basic education; environmental education; contemporary dilemmas.